

A Crise Fiscal dos Estados e os Novos Instrumentos de Transparência

COREM/STN

04 de outubro de 2017

A Situação Fiscal dos Estados em Breves Números

Resultado Orçamentário (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	2016	Variação Nominal 2015-2016	Variação 2015-2016 (%)
I - Receita Primária Bruta	583.656	627.268	662.623	696.755	34.132	5,2%
II- Despesa com Transferências aos Municípios	106.047	112.535	117.799	121.898	4.099	3,5%
III- Receita Primária Líquida (I-II)	477.609	514.732	544.824	574.856	30.033	5,5%
IV- Despesa Primária	478.006	524.294	543.938	576.871	32.933	6,1%
V- Despesa Financeira Líquida*	49.674	38.077	43.971	26.900	-17.071	-38,8%
VI- Necessidade de Financiamento Bruta (V+IV-III)	50.070	47.639	43.086	28.915	-14.171	-32,9%
VII- Fontes de Financiamento	42.990	36.361	23.170	15.161	-8.009	-34,6%
Alienação de Ativos**	1.206	1.955	2.337	206	-2.131	-91,2%
Operações de Crédito	41.784	34.405	20.833	14.955	-5.878	-28,2%
VIII - Resultado Orçamentário	-7.080	-11.278	-19.915	-13.754	6.161	30,9%
IX - Atrasos/Deficiência (-VIII)	7.080	11.278	19.915	13.754	-6.161	-30,9%

Por que chegamos a esse ponto?

- Entre diversos fatores a falta de transparência foi um deles.

Mas como assim? Não existem diversas lei que obrigam o Estado a ser transparente?

- Sim! Mas as informações são disponibilizadas não são comparáveis pois tratam-se de bases diferentes, concebidas com critérios diferentes para fins distintos. Mais ainda, os instrumentos de transparência comunicam mal.

O que estamos fazendo?

Alinhamento dos instrumentos de relacionamento da União com os Subnacionais.

